

ESTÍMULOS A PESQUISA EDUCACIONAL *

A. RIBEIRO NETTO **

Área de menor tradição em pesquisa, comparativamente a outras áreas do conhecimento, a pesquisa educacional foi, e em boa medida ainda é, predominantemente histórica e filosófica, fragmentária e pouco relevante, incapaz de fornecer aos administradores e aos responsáveis pela política educacional os elementos de diagnóstico, de acompanhamento e de avaliação indispensáveis para bem orientar as intervenções no sistema educativo. Por outro lado, os administradores e os responsáveis pela política educacional usualmente não se preocupavam em fundamentar suas decisões na pesquisa educacional, como se fossem dotados do dom adivinhatório ou recebessem, por meio da revelação divina, os conhecimentos de que necessitavam para orientar suas decisões. Estabeleceu-se, assim, de certa forma, um círculo vicioso: a pesquisa educacional não se mostrava útil para o administrador em educação, e este não a valorizava como potencialmente capaz de orientar a tomada de decisões e, portanto, não a estimulava. Hoje, acreditamos, vivemos uma fase de transição: já se fazem notar em maior número e de forma mais consistente alguns núcleos dedicados à pesquisa educacional, não mais limitada a estudos exploratórios e descritivos. Há, também, de parte do administrador, o reconhecimento, pelo menos formal, da importância da educação, que ocupa, freqüentemente, os primeiros postos nas metas prioritárias dos governos.

Essa valorização, entretanto, na prática, parece ser mais ilusória do que real. Fala-se muito, por exemplo, em formação, atualização, aperfeiçoamento e especialização de professores, mas não se cuida da sua motivação como se o magistério, remontando às suas origens, tivesse perpetuado, através dos tempos, vínculo indissolúvel com o sacerdócio. Situação análoga vive a pesquisa educacional que carece de maior estímulo.

* Apresentado em Mesa Redonda sobre esse tema, promovida pelo INEP. XXVII Reunião Anual da SBPC, Belo Horizonte, julho/1975.

** Diretor Presidente da Fundação Carlos Chagas.

MODELO INSTITUCIONAL

Para considerar o complexo de variáveis que intervêm no processo de desenvolvimento da pesquisa educacional, utilizaremos um modelo constituído, basicamente, de três elementos: a planta, o clima e o fruto, onde a planta é o pesquisador, o clima, as condições do meio ambiente e o fruto, a pesquisa.

É pressuposto essencial que a planta deva ser de boa semente para que possa produzir bons frutos, quando as condições do meio ambiente são favoráveis. Desponta, assim, desde logo, a importância do meio ambiente como elemento capaz de favorecer ou de prejudicar o desenvolvimento da planta e a sua produtividade.

Não nos propomos a considerar em detalhe a influência do agregado dos fatores ambientais. Procuraremos, apenas, mais à guisa de exemplo, discutir alguns deles que nos parecem importantes, sem que isto represente desconsideração por outros, agrupando-se em três categorias: o meio físico, o meio biológico e o meio sócio-econômico.

Como fator do meio físico destacaríamos o solo simbolizando a base institucional do pesquisador, a infra-estrutura de pesquisa — que deve estar cuidadosamente arado, gradeado, corrigido e conter os nutrientes necessários para que a boa semente possa germinar, para que a planta possa desenvolver-se e dar bons frutos. A existência de uma base institucional possibilita o desenvolvimento de um programa sistemático de pesquisas que, em nosso entender, à semelhança de um campo cultivado, é muito mais produtivo do que projetos individuais conduzidos de forma assistemática por pesquisadores, como se fossem plantas isoladas e dispersas. Uma infra-estrutura administrativa eficiente e ágil, a existência de facilidades para o processamento de dados e de biblioteca especializada, são elementos importantes.

No que tange ao meio biológico, consideraríamos as relações que as plantas mantêm, entre si, no ambiente intra e inter-institucional. A existência de um programa sistemático de pesquisa, em âmbito institucional, representa um estímulo à seleção e

formação de pesquisadores. O espírito de equipe, a fertilização cruzada que se verifica entre pesquisadores de interesses variados na área da educação, são fatores positivos na formação do pesquisador. O intercâmbio e a cooperação inter-institucional são, também, fatores de relevância para a pesquisa educacional.

Quando, no Brasil, a pós-graduação na área da educação luta contra a carência de recursos humanos qualificados para a formação de pesquisadores, seria de grande importância a colaboração inter-institucional no sentido de criar-se um verdadeiro "pool" institucional para tirar-se proveito máximo dos poucos recursos humanos qualificados disponíveis. O desenvolvimento de sistemas para a disseminação de informação sobre pesquisas, concluídas e em andamento; o apoio a iniciativas de comunicação entre pesquisadores e instituições de pesquisa, mediante congressos, seminários, visitas e outras atividades do gênero; a maior interação entre pesquisadores educacionais, administradores na área da educação e responsáveis pela adoção de políticas educacionais, representariam complemento indispensável ao relacionamento mencionado.

No que respeita ao meio sócio-econômico, é preciso, realmente, que o sistema educacional incorpore a idéia de que a pesquisa educacional não é diletantismo nem curiosidade ociosa, mas sim uma atividade indispensável para orientar a tomada de decisões.

DIAGNÓSTICO E RECURSOS

Toda intervenção no processo ou no sistema educacional deve, necessariamente, alicerçar-se na pesquisa para o diagnóstico dos problemas, o acompanhamento das inovações ou alterações introduzidas e para a avaliação dos seus resultados. Quando existir esta convicção, a pesquisa educacional estará, então, realmente valorizada e os sistemas educacionais mais abertos para permitir, com menos burocracia, a realização de pesquisas.

Relativamente ao apoio econômico à pesquisa educacional, o que se nota é que a posição, usualmente privilegiada, da educação como programa de ação de governo contrasta, marcadamente, com o posto que a pesquisa educacional ocupa como recep-

tora de financiamentos. De fato, se examinarmos os recursos destinados pelas agências financiadoras de pesquisa à educação e à tecnologia, veremos que esta é, de longe, muito mais apoiada. Se o desenvolvimento tecnológico é importante, todos reconhecemos, e há necessidade de criar-se um "know-how" nacional, que não pode prescindir da pesquisa, com maior razão o desenvolvimento da educação brasileira deve, necessariamente, apoiar-se na pesquisa educacional, notadamente porque os resultados de pesquisas e soluções alienígenas são freqüentemente inaplicáveis em virtude das marcadas diferenças sócio-econômicas e culturais existentes entre países.

No tocante às dificuldades de ordem institucional e decorrentes das sistemáticas adotadas pelas agências financiadoras, a busca de novas fontes de recursos tem indicado as seguintes dificuldades: algumas instituições adotam a política de apoio a projetos individuais e não contemplam a possibilidade de financiamento de programas em âmbito institucional que representa, em nosso entender, estímulo mais eficaz. Outra dificuldade consiste na defasagem entre os cronogramas das solicitações de auxílio financeiro para pesquisa e os prazos de apreciação. Tal situação cria, muitas vezes, um hiato nas atividades de pesquisa. O pesquisador, tendo já um trabalho planejado e pronto para dar início, fica pendente, impaciente e inativo à espera da decisão do organismo financiador de pesquisa. Vale a pena mencionar, também, como entrave, em alguns casos, a complexa sistemática de prestação de contas exigida pela contabilidade pública, no caso de organismo governamental financiador de pesquisa, cujos critérios, vez ou outra, divergem dos sistemas adotados pela contabilidade mercantil, seguida por entidades privadas. Por vezes, um processo de prestação de contas é, repetidamente, convertido em diligência para atender a detalhes burocráticos de somenos importância.

Estas dificuldades apontadas, de caráter meramente operacional, não representam, em verdade, maior obstáculo ao desenvolvimento da pesquisa educacional. O que importa de fato, voltando ao nosso modelo inicial, é garantir a produção de bons frutos e assegurar o seu consumo, modificando os hábitos alimentares do próprio sistema educacional brasileiro.

[Recebido para publicação em dezembro de 1975]